



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 08 – Ano IV – 10/2015
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

A miséria da política sob o governo Lula

Prof. Dr. Rogério Fernandes Macedo
Professor Adjunto da Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Teófilo Otoni - MG.

<http://lattes.cnpq.br/1053835647866578>

E-mails: rogerio.fernandes@ufvjm.edu.br

Resumo: O presente artigo é fruto das pesquisas realizadas para os dois últimos capítulos da tese intitulada “Governo Lula e a miséria brasileira”, defendida junto ao Departamento de Sociologia, da Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – (UNESP). Com ele pretendemos colaborar com a qualificação da condição histórica a que foi levado o Brasil dentro dos dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores na presidência de República.

Palavras-chave: Lula, Brasil, Miséria, Política.

1) A “revolução silenciosa”.

Em 05 de novembro, de 2009, na cidade de Londres, em um encontro denominado “*Investing in Brazil Summit: Identifying Opportunities in the New Economic Climate*”¹, organizado pelos jornais Valor Econômico e *Financial Times*, o presidente Lula (2009) oferta uma avaliação intrigante sobre a situação brasileira, tal como consta de suas palavras: “(...) tem uma revolução silenciosa no Brasil e, possivelmente, nem todo mundo entenda o que é a recuperação da auto-estima coletiva de uma sociedade. Isso é muito forte. (...) Eu estou convencido de que o século XXI é o século do Brasil (...).” (LULA, 2009, grifo nosso, p.05). Ou seja, aos representantes das poderosas burguesias imperialistas, transmite-se a existência de uma “revolução silenciosa”, articulada à elevação da autoestima dos trabalhadores e responsável pelo surgimento do Brasil potência, o qual certamente se autoprojetará ao longo do século XXI para um patamar capitalista inédito. Ainda nesse discurso, Lula discorre sobre o papel do mercado capitalista: “*Ora, o mercado pode resolver uma parte substancial das coisas de um país, mas tem coisas que o mercado não consegue resolver porque não é papel do mercado. O mercado não faz política social, (...) não cria um Bolsa Família (...).*” (LULA, 2009, grifo nosso, pp.11-12). Ainda acrescenta: “*Por isso mesmo, desde o primeiro momento do meu governo, trabalhamos para mostrar que era possível combinar crescimento econômico com distribuição de renda.*” (LULA, 2009, pp.11-12).

Esta combinação sintetiza determinada concepção teórica espreada durante os mandatos petistas, qual seja, a possibilidade de redenção do Brasil por meio da

¹ Neste evento seletivo, tiveram exclusivo direito a voz, não apenas o presidente Lula, mas também os seguintes palestrantes: Quentin Peel, como editor internacional do jornal *Financial Times*; Gérard Mestrallet, como presidente do oligopólio GDF Suez Group, que controla importante parcela da indústria mundial de petróleo, bem como de recursos hídricos; Robert Wilson, presidente de outro oligopólio petrolífero British Gas Group. Representando a burguesia brasileira, tiveram direito à voz: Roger Agnelli, como presidente da Companhia Vale; Emilio Botín, como presidente do Banco Santander e Luiz Carlos Trabuco Cappi, como presidente do Banco Bradesco. Da parte do governo brasileiro: Luciano Coutinho, como presidente do BNDES; Henrique de Campos Meirelles, como presidente do Banco Central do Brasil; Aldemir Bendine, como presidente do Banco do Brasil; Guido Mantega, como Ministro da Economia do Brasil; Dilma Vana Rousseff, como Ministra da Casa Civil. As palestras foram mediadas por Jonathan Wheatley, correspondente do *Financial Times*, no Brasil. Todos os discursos podem ser acessados no site oficial do evento: <http://www.ftconferences.com/investinBrazil/>. Alternativamente, ver publicação decorrente do evento: <http://www.ft.com/intl/cms/d1cb1ff0-c8e5-11de-8f9d-00144feabdc0.pdf>.

articulação entre neo-desenvolvimentismo e assistencialismo². À esta novidade soma-se outra: a tentativa de acomodar conservadoramente dentro do projeto de Brasil potência os interesses das burguesas imperialistas, com importante ênfase aos banqueiros. É o que consta do seguinte trecho do referido discurso:

“Um dirigente tem que fazer e pagar o preço ou colher o preço, se as coisas derem certo. Então essa crise, que chegou muito forte depois da queda do *Lehman Brothers*, não precisaria ter chegado a essa profundidade se os governantes tivessem tomado as medidas na hora certa, no momento certo. É para isso que existe governo. De vez em quando alguém me pergunta: “Ô Lula, mas você era sindicalista, pô! Você agora está aí, os bancos estão ganhando muito dinheiro, e você não fala nada.”. Eu falo sempre: graças a Deus, os bancos estão ganhando dinheiro, porque quando eles quebram dão um prejuízo desgraçado. Então, eu quero que os bancos ganhem muito dinheiro mesmo para não quebrarem, porque o prejuízo é infundável e está aí essa crise econômica para mostrar o que aconteceu.” (LULA, 2009, pp. 11-12).

Ora, parece evidente que os defensores da “revolução silenciosa” até desejam, com certo grau de sinceridade, a conversão do Brasil em potência capitalista, edificada sobre uma idealizada harmonia entre interesses dos trabalhadores e dos burgueses. Não obstante, esquecem que os antagonismos estruturais não são superados por boas intenções e, movidos na melhor das hipóteses por essas, tentam jogar com ambas as forças sociais, abdicando do papel de articulador da luta de classe, em favor dos trabalhadores. Certamente, isso alterou a correlação de forças entre tais classes, em proveito dos interesses burgueses, acolhidos no governo petista. Infelizmente, essa postura conservadora ainda não calou na consciência dos trabalhadores brasileiros e o indício mais evidente, no campo da pequena política oficial, foi o prestígio inédito alcançado pelo governo Lula, correspondente (IBOPE, 2010) a 87% de popularidade, ao cabo do primeiro mandato. Sendo a dimensão assistencialista da dita “revolução silenciosa” muito relevante à manutenção desse elevado índice de popularidade e, em larga medida, do poder político das forças partidárias que compõem a base de apoio petista, em virtude disso, a partir de agora, dedicar-se-á neste artigo maior atenção a ela.

² Sobre as várias dimensões desse neo-desenvolvimentismo, ver: VELLOSO, João Paulo dos Reis e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *A verdadeira revolução brasileira: integração de desenvolvimento e democracia*, Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, 262p. SANTORO, Alberto *at alli. Fome zero: textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 156p.

2) A transfiguração do oportunismo seletivo em ação virtuosa.

A autodenominada “revolução silenciosa” conta com uma série de programas assistenciais, todos carreados pelo programa Bolsa Família, profusamente difundido e propagandeado no Brasil e, sobretudo, no mundo. A presente pesquisa identificou que este programa foi edificado por meio de uma artimanha burocrática, altamente vantajosa ao PT. Fez parte desse ardil, um processo de quatro anos de unificação³ dos “(...) *Programas de Transferência de Renda criados no Brasil por iniciativa de governos municipais e estaduais e do Governo Federal. (...)*” (SILVA e SILVA, 2008, p.30). De fato, a Bolsa Família foi herdeira de uma trajetória que remonta ao governo Fernando Henrique Cardoso, na medida em que nasceu da unificação de programas do PSDB os quais, durante a década de 1990 e início de 2000, faziam parte de um alastrado “(...) *sistema de programas sociais de transferência de renda espalhado por vários ministérios, com diferentes listas de beneficiários e critérios para recebimento de benefícios.*” (WEISSHEIMER, 2010, *grifo nosso*, p.60). A novidade do governo Lula foi a oportuna apropriação de apenas cinco desses programas e a conversão deles em Bolsa Família: são eles a “(...) *Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, tendo sido posteriormente integrado [em 2007] ao BF [Bolsa Família] o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (...)*”. (SILVA e LIMA, 2010, p.37).

Esta unificação foi profundamente seletiva, pois contou com a incorporação apenas dos programas mais disseminados pelos municípios brasileiros, bem como de seus correspondentes orçamentos, deixando de lado outros que não possuíam capilaridade e dotação orçamentária relevantes. Para se ter uma idéia, a Bolsa Escola encontrava-se instalada (WEISSHEIMER, 2010; SILVA e LIMA, 2010) em 98,8% dos municípios brasileiros; a Bolsa Alimentação, em 81,2% deles; o Auxílio Gás, já funcionava em 95,5% das cidades; o Cartão Alimentação, em 22,9% - o

³ Sobre o processo de unificação e alguns de seus resultados, ver: SILVA, Maria Ozanira da (Coord.) e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. Resultados de estudo empírico sobre o processo de unificação dos programas de transferência de renda: a mediação do Bolsa Família. In: _____. *Avaliando o bolsa família, unificação, focalização e impactos*. Cap.04, São Paulo: Cortez, 2010. pp. 111-135.

menor percentual de todos - e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil⁴, em 39,6% dos municípios. Ainda como parte da unificação, o governo petista aglutinou (SILVA e LIMA, 2010) os cadastros desses programas, presentes nos variados ministérios do PSDB, e os concentrou em uma única listagem, denominada Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou somente CadÚnico⁵. Essa manobra burocrática, como não poderia deixar de ser, facilitou a execução da Bolsa Família e de outros programas, pois converteu esse cadastro no “(...) *principal instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda.*” (WEISSHEIMER, 2010, *grifo nosso*, p.38).⁶

Em poucas palavras, o PT não foi responsável pela célere evolução da Bolsa Família para 100% dos municípios brasileiros⁷, pois o orçamento e a capilaridade já estavam garantidos pela gestão FHC: isso evidencia certo oportunismo petista⁸, fundado na apropriação seletiva ardilosa e vantajosa, tanto do ponto de vista orçamentário quanto político, de programas já profundamente difundidos⁹. Ao se

⁴ O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, junto com seu respectivo orçamento, foi o último dos programas a ser incorporado à Bolsa Família; tal fato ocorreu em 2007, muito provavelmente em reação ao fim da CPMF, da qual 0,08% dos recursos alimentavam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza que, por seu turno, destinava recursos à Bolsa Família.

⁵ Sua origem decorre da apropriação pelo governo Lula do chamado Cadastramento Único, criado no governo Fernando Henrique Cardoso, pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001. A partir disso, bastou revogá-lo pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e atribuir a ele outro nome e novas funções. Neste último decreto consta: “Art.2º. O Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico é instrumento de identificação e caracterização sócio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público.”(Decreto nº 6.135, 2007, s/p.).

⁶ Vale ressaltar que no CadÚnico não constam cadastradas exclusivamente as famílias que pleiteiam renda da Bolsa Família, mas sim aquelas que concorrem à um ou mais programas assistenciais do governo federal, inclusive a Bolsa Família. Outra observação necessária é que coube ao “*Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) a gestão do CadÚnico, o acompanhamento e a fiscalização de sua execução, além da coordenação, da gestão e da operacionalização do PBF [Programa Bolsa Família], principal programa que utiliza a base de dados do cadastro.*” (BRASIL, 2009, p.08).

⁷ Conforme pesquisa levada a cabo pelos autores referenciados (SILVA e LIMA 2010; WEISSHEIMER, 2010), bem como pelo IPEADATA (2012), a Bolsa Família já se encontrava em 2004 implantada em 5.533 municípios brasileiros: ou seja, 99,4% do total das cidades. Na mesma trilha, até o final de 2005, o programa alcançaria 100% dos municípios, ou seja, os 5.563 municípios brasileiros mais o Distrito Federal.

⁸ Muito provavelmente, este oportunismo não é ponto comum em toda militância do PT. Considerada a história das várias correntes do partido, tem-se evidências que esta postura está fortemente vinculada à ala majoritária do partido, com Lula à sua frente. Sobre a evolução histórica do bloco majoritário do PT, ver: SECCO, Lincoln. **História do PT, 1978-2010**. 2ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2011. 314p.

⁹ Resulta desse processo de unificação ser o maior programa de transferência de renda do mundo (SILVA e LIMA 2010; WEISSHEIMER, 2010) uma artimanha burocrática, da qual Lula pode se vangloriar como o segundo “pai dos pobres”: um segundo Vargas, do qual ele faz questão de aproximar sua imagem.

vangloriar disso, os ideólogos da “revolução silenciosa”, supostamente criadores do maior programa de transferência de renda do mundo, tentam transfigurar seu oportunismo seletivo em ação virtuosa¹⁰.

3) Sobre a perda da capacidade da Bolsa Família de incorporar pessoas.

A esta altura, para aprofundar a caracterização do assistencialismo, na chamada “revolução silenciosa”, é preciso avaliar quão sólida é a base de sustentação financeira da Bolsa Família¹¹. Os dados se referem aos anos 2003 e 2011¹² e foram coletados junto às obras de Silva e Lima (2010), Weissheimer (2010), bem como ao IPEADATA (2012) e do MDS (BRASIL, 2011).

De acordo com tais fontes, em 2003, estavam cadastradas no CadÚnico¹³ 8,1 milhões de famílias, das quais apenas 3,6 milhões delas (44,4% do total de inscritos) receberam renda da Bolsa Família, cujo orçamento estava na casa dos R\$ 4,3 bilhões.

No ano seguinte (BRASIL, 2011), em 2004, estavam cadastradas no CadÚnico 14,6 milhões de famílias, das quais apenas 6,5 milhões delas (44,5% do total de inscritos) obtiveram a referida transferência, para o que se utilizou um orçamento de R\$ 5,3 bilhões. Avaliando 2004 em face de 2003, nota-se a incorporação de aproximadamente 2,9 milhões de famílias, implicando um aumento

¹⁰ Falta complementar que a Bolsa Família foi o compromisso destinado aos trabalhadores brasileiros: tal postura galvanizou mais ainda o PT ao PSDB, na medida em que ambos, contrários aos interesses reais da classe trabalhadora, compartilham da concepção reducionista, segundo a qual a miséria brasileira pode ser mitigada pela parca distribuição de renda via programas assistenciais, de corte neoliberal.

¹¹ Para tanto, empreende-se uma avaliação de cada ano, considerando-o relativamente ao anterior, justamente para fugir dos números absolutos, pelos motivos que restarão expostos ao cabo deste tópico.

¹² Os dados seguem até 2011 para se ter uma ideia de como o programa Bolsa Família se comportará no primeiro ano do governo Dilma.

¹³ É preciso salientar novamente que no CadÚnico não consta apenas as famílias cadastradas para o recebimento do Bolsa Família. Este cadastro concentra os dados de famílias que pleiteiam participação em várias políticas assistenciais do governo Lula. Para efeito comparativo, utilizaremos o total de cadastrados. Para mais detalhes, ver: BRASIL. MDS. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)*. 2011a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>. Acesso em: 08/12/2011. Ou leia BRASIL. TCU - Tribunal de Contas da União. *Auditoria nos Sistemas do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*. Relator Ministro Augusto Nardes, Brasília - DF, 2009. 64 p. Dados interessantes estão presentes em: IPEADATA. *Número de benefícios em dezembro*. Atualizado em: 04/01/2012. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>, Acesso em: 17/01/2012.

percentual incrível de 80,5% em relação a 2003, ao passo que o orçamento variou positivamente em R\$ 1 bilhão, ou seja, 23,2%.

Em 2005, o CadÚnico contava (BRASIL, 2011) com 14,7 milhões de famílias inscritas, das quais a Bolsa Família atendia 8,7 milhões (59,1% do total). Para essas famílias foram destinados R\$ 6,5 bilhões. Ou seja, entre esses dois últimos anos, foram acrescentadas 2,2 milhões de famílias, representando um aumento percentual de 33,8% em relação a 2004. No que tange ao orçamento, ele fora incrementado em R\$ 1,2 bilhões, ou 22,6% a mais, em comparação a 2004¹⁴.

No ano de 2006, estavam (BRASIL, 2011) cadastradas no CadÚnico 15 milhões de famílias. Dessas, foram atendidas 10,9 milhões (72,6% do total de inscritos) com recursos da ordem de R\$ 8,3 bilhões. Ou seja, o montante de famílias foi novamente elevado em 2,2 milhões e percentualmente, em face do ano anterior, 25,2%. Entre 2005 e 2006, os recursos do programa variaram positivamente em R\$ 1,8 bilhões, a saber, 27,6%¹⁵.

Um ano depois, em 2007, o comportamento dessas variáveis sofrerá um forte abalo, pois o número de famílias inscritas alcança (BRASIL, 2011) 17 milhões, das quais 11,0 milhões (64,7% do total de inscritos) são atendidas pelo programa Bolsa Família, com recursos da ordem de R\$ 9,0 bilhões. Comparando com o ano anterior, esse dado representou um acréscimo diminuto de aproximadamente 100 mil famílias, ou seja, um aumento de 0,9%: isso em resposta a uma variação orçamentária positiva de apenas 700 milhões, ou 8,4% em face de 2006.

Ora, o que teria influenciado tal comportamento? Nada mais que a extinção da Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de

¹⁴ Trata-se de uma evolução que não acompanha o aumento do número de famílias e que se mantém quase no mesmo patamar de evolução dos anos 2003 e 2004 (23,2% do total de inscritos). Ou seja, a incorporação de mais famílias, oriunda do processo de unificação dos programas psdbistas, ocorre sem o acréscimo proporcional de recursos.

¹⁵ Esse percentual superou finalmente a taxa de incorporação de famílias, indicando que o programa tomou certo fôlego. No entanto, é interessante registrar que, considerando o intervalo entre 2003 e 2006, abordados até aqui, nota-se que a taxa de incremento ao orçamento da Bolsa Família descreveu uma tendência crescente, embora seja um crescimento um tanto errático e tímido, tal como segue: entre 2003-2004, 23,6%; entre 2004-2005, 22,6%; e 2005-2006, 27,6%. Apesar desse comportamento expansivo da taxa de incremento orçamentário, esses recursos se mostraram insuficientes para abordar, a taxas crescentes, o amplo escopo da miséria brasileira. Sobre isso, observa-se que a trajetória descrita pelas taxas de incorporação das famílias é decrescente, evidenciando certa perda de capacidade do orçamento de incorporação de famílias, tal como segue: entre 2003-2004, 80,5%; entre 2004-2005, 33,8% e, finalmente, entre 2005-2006, 25,2%. A partir de 2006, o programa Bolsa Família tende a se estabilizar, pois ocorre uma diminuição da influência do processo de unificação dos programas dos governos do PSDB. Deste momento em diante, a dinâmica até aqui abordada passa a depender mais da conduta do próprio governo Lula.

Créditos e Direitos de Natureza Financeira – mais conhecida pela sigla CPMF¹⁶ - que ocorreu em 2007 e quase pôs por terra¹⁷ a própria Bolsa Família (ANANIAS, 2007)¹⁸. O episódio revelaria, pois, a fragilidade das bases de sustentação financeira do programa. O término da CPMF, se não carregou o programa junto consigo, fragilizou bastante a sua capacidade de incorporação de trabalhadores, abrindo assim uma tendência que se aprofundaria nos anos subseqüentes¹⁹.

O ano de 2008 seria emblemático dessa tendência: no CadÚnico, havia (BRASIL, 2011) 18,2 milhões de famílias cadastradas, porém o número de atendidos decresceu de 11,0 milhões para 10,5 milhões (ou seja, passou à atender 57,6% do total de inscritos no CadÚnico). Não obstante tal queda, ela ocorre em um momento em que os recursos aumentam de R\$ 9,0 bilhões para a casa dos R\$ 10,8 bilhões²⁰. Em outros termos, constata-se ao comparar 2008 com 2007 que o número de famílias atendidas sofreu uma diminuição de 0,5 milhão, a saber, um recuo de - 4,5%, frente a uma elevação orçamentária de R\$ 1,8 bilhões, ou seja, 20%.

Em 2009, o programa Bolsa Família passa (BRASIL, 2011) a atender 12,3 milhões de famílias dentre as 19,4 milhões cadastradas no CadÚnico (o que significa

¹⁶ Sobre o impacto da extinção da CPMF, ver: ANANIAS, Patrus. *CPMF e o dinheiro para os pobres*. 11 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/cpmf-e-o-dinheiro-para-os-pobres-patrus-ananias>. Acesso em: 01-01-2008. Jornal Estado de São Paulo. *Lula lamenta fim da CPMF em mensagem ao Congresso*. Caderno de Política. 6 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,lula-lamenta-fim-da-cpmf-em-mensagem-ao-congresso,120568,0.htm>. Acesso em: 10-02-2008.

¹⁷ Isso porque 0,08% da arrecadação da CPMF - além dos 5% do IPI e outras fontes - eram destinados à alimentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de onde sai parte importante do financiamento da Bolsa Família. O desespero dos ideólogos petistas pode ser notado em: ANANIAS, Patrus. *CPMF e o dinheiro para os pobres*. 11 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/cpmf-e-o-dinheiro-para-os-pobres-patrus-ananias>. Acesso em: 01-01-2008.

¹⁸ A CPMF ofertava recursos ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Este, por seu turno, está regulamentado pelos oitenta artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, incluído pela Emenda Constitucional Nº 31, de 2000. Este fundo passaria (Souza, 2011) por dois períodos importantes de consolidação: o primeiro, relativo à sua proposição pelo então senador Antônio Carlos Magalhães, do Partido Democratas - DEM, do Estado da Bahia, no ano de 2001. O segundo, quando o fundo foi, pela emenda constitucional número 14/2008, proposta por Antônio Carlos Magalhães Júnior, também dos DEM, da Bahia, incorporado à Constituição Federal: “*Esta [emenda] foi aprovada em 17 de junho de 2009 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) como texto substitutivo elaborado pelo relator, Demóstenes Torres (DEM-GO).*” (SOUZA, 2011, grifo nosso, p. 08).

¹⁹ Como será mostrado, tal cenário se apresenta com clareza: excetuando o ano 2009, pode-se notar que, no intervalo entre 2007 e 2011 - ano em que termina a série aqui considerada -, todo aumento orçamentário ao programa Bolsa Família somente proporcionaria uma ínfima incorporação de famílias e, em anos específicos, ocorreria mesmo uma redução no número delas.

²⁰ Parte desse acréscimo no orçamento se deu pela incorporação dos recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI -, última das políticas de Fernando Henrique Cardoso englobada ao Bolsa Família. Sua incorporação aconteceu precisamente no ano de 2007, com reverberações orçamentárias positivas, para o ano de 2008, da ordem de R\$ 1,30 bilhões.

63,4% do total). Nesse ano, foram destinados recursos da ordem de R\$ 12,4 bilhões. Verifica-se aqui que a quantidade de famílias atendidas sobe em 1,8 milhões, ou seja, 17,1%, em face de uma variação orçamentária positiva da ordem de R\$ 1,6 bilhões, a saber, 14,8%²¹.

Para o ano de 2010, existiam (BRASIL, 2011) aproximadamente 20,1 milhões de famílias cadastradas no CadÚnico, das quais 12,7 milhões (63,1% do total de inscritos) receberam transferências da Bolsa Família, totalizando recursos da ordem de R\$ 13,4 bilhões. Em tempo, constata-se que foram acrescidas 0,4 milhões de famílias, ou seja, um aumento diminuto de 3,2% e um incremento de R\$ 1,0 bilhão, percentualmente falando, uma pequena variação positiva de 8,0%. Fato que confirma a perda da capacidade do programa Bolsa Família em ampliar sua atuação, em face de um orçamento crescente.

Extrapolando os dois mandatos de Lula e considerando o ano de 2011, é significativo observar que a Bolsa Família transferiu (BRASIL, 2011) R\$ 16,7 bilhões para 13,3 milhões de famílias, de um total cadastrado no CadÚnico de 20,3 milhões. Ou seja, um aumento orçamentário de 24,6% - acima da média da série, que é de 18,6% - enquanto o incremento de famílias cresceu 4,7%. Portanto, a pior demonstração de incorporação positiva de famílias em reação ao incremento orçamentário, excetuando o intervalo entre os anos 2007-2008, quando houve um déficit de incorporação de -4,7%, sob uma variação orçamentária positiva de 20%.

Pela apresentação desses números, pode-se notar que enquanto transcorreu o ardil da unificação (entre 2003 e 2007), o crescimento orçamentário da Bolsa Família se mostrou vigoroso, precisamente porque cada programa do PSDB anexado implicou na igual incorporação de seus respectivos recursos: não à toa a unificação oportunista apresentar alto grau de seletividade, como restou demonstrado neste artigo²². Desta feita, a tentativa de converter o oportunismo

²¹ Aparentemente, o ano de 2009 não foi tão ruim, pois os recursos, embora aumentassem menos que a incorporação de famílias à Bolsa Família, impactaram positivamente em 17,1%. Todavia, retoma-se aqui o comportamento das variáveis; o orçamento cresceu da seguinte forma: entre 2003-2004, 23,6%; entre 2004-2005, 22,6%; 2005-2006, 27,6%; 2006-2007, 8,4%; 2007-2008, 20%; e 2008-2009, 14,8%. Nota-se um comportamento errático e, vale recalcar, o último percentual (14,8%) se encontra bem abaixo das variações dos anos anteriores, a maioria delas, grosso modo, entre 20% e 25%.

²² Não obstante os esforços para a unificação seletiva figurar como virtude do PT, esse expediente oportunista teria necessariamente que chegar a termo, o que se pode evidenciar, principalmente a partir de 2007, com a avaliação relativa entre os anos, tal como apresentada neste artigo. Ali, em 2007, o fim da unificação coincidiu com o da CPMF: para os articuladores da Bolsa Família, um

seletivo em ação virtuosa se deparou com um limite objetivo, representado pela perda, pelo menos dentro do período considerado, da capacidade de incorporação de famílias, na presença de um orçamento sempre crescente, em que pese sua trajetória errática. No campo da política partidária, importa constatar tal fato porque, identificada a influência extremamente positiva²³ da Bolsa Família na composição do quadro explicativo, junto com outros determinantes não abordados aqui, dos resultados favoráveis ao PT, na reeleição de Lula, em 2007, e na eleição de Dilma, em 2011²⁴, há de se considerar que a perda da capacidade de incorporação do programa Bolsa Família tende a invalidá-lo como parte da argumentação petista, em favor da sua permanência no governo. Se tal tendência se concretizar e calar na consciência dos trabalhadores, esses podem deixar de ver no PT o desaguadouro de suas esperanças. Esta mudança no quadro das expectativas político partidárias pode ser saturada por várias forças políticas, levando o país à variadas formas de governo, tanto em defesa dos trabalhadores, quanto fortemente contrárias a eles: a depender da correlação de forças entre as classes em disputa. É preciso ficar atento a tais desdobramentos possíveis.

4) Evolução da miséria para além da Bolsa Família.

Faz parte do oportunismo petista – e para este ponto tratado adiante também psdebista – manter o rebaixamento estratégico das linhas de pobreza e de extrema pobreza. Obviamente elas não são adequadas à necessária apreensão da totalidade dos trabalhadores pobres, no Brasil. Como se sabe, para o programa Bolsa Família, extrema pobreza (ou miséria) diz respeito às (BRASIL, 2011) famílias cuja renda, domiciliar, familiar, *per capita*, mensal, alcança o máximo de R\$70,00: nada mais que R\$2,33 por dia. De outra parte, a pobreza abarca as famílias cuja renda,

drama. Novamente, vale a seguinte indicação: ANANIAS, Patrus. *CPMF e o dinheiro para os pobres*. 11 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/cpmf-e-o-dinheiro-para-os-pobres-patrus-ananias>. Acesso em: 01-01-2008. Evidente que este drama não refletiu mecanicamente de forma negativa nos índices de aprovação da gestão de Lula, o que explica o alto grau de aprovação de seu governo, bem como em larga medida a eleição de Dilma.

²³ Consultar pesquisa Ibope (2010).

²⁴ Para se ter uma idéia, a porcentagem de aprovação do governo Lula era 60%, em dezembro de 2007 (Ibope, 2007) e 87%, em dezembro de 2010 (IBOPE, 2010). Fato debitado, ao menos em parte, na conta das políticas assistenciais, notadamente da Bolsa Família.

domiciliar, familiar, *per capita*, mensal, varia entre R\$70,10 e R\$140,00: ou, alternativamente, entre R\$2,33 e R\$4,66 por dia.²⁵

Para proceder à avaliação inviabilidade das linhas de pobreza e de extrema pobreza, adotadas pela Bolsa Família, para apreender o drama dos trabalhadores brasileiros, será utilizado o seguinte expediente: a ampliação de seus valores limites, para níveis mais elevados, distintos daqueles adotados pelo programa.

Circunscrevendo-se ainda ao CadÚnico (BRASIL, 2011), ele recebe as inscrições de famílias, cuja renda, domiciliar, familiar, *per capita*, mensal, encontre-se entre zero e meio salário mínimo, qual seja, R\$255,00²⁶: acima, portanto, dos R\$140, fixados como linha de pobreza à Bolsa Família. Nesta faixa de renda entre zero e R\$255,00, até novembro de 2011, existiam (BRASIL, 2011) 20,3 milhões de famílias inscritas no CadÚnico. Certamente, todos os trabalhadores brasileiros, cuja renda familiar é metade de um salário mínimo, sabem que são pobres. Considerando essa linha de pobreza, bem como a média de 3,3 pessoas por domicílios particulares (BRASIL, 2010), chega-se à cifra de 67,2 milhões²⁷ de

²⁵ Antes de abordar o nível das faixas acima citado, vale uma observação: o CadÚnico não liga automaticamente o núcleo familiar à Bolsa Família. Dentro dele existe uma faixa de famílias que, embora aptas à percepção da renda do programa em tela, não têm acesso a ela. Vejamos: até novembro de 2011, existiam (BRASIL, 2011) no CadÚnico 17,5 milhões de famílias inscritas e aptas à percepção da renda, mas apenas 13,3 milhões foram atendidas. Considerando que a média de pessoas por família (BRASIL, 2010), residente em domicílios particulares no Brasil, alcançou o patamar de 3,3, tem-se que às 17,5 milhões de famílias correspondem aproximadamente 57,8 milhões de pessoas pobres e aptas, das quais apenas 43,8 milhões²⁵ (diferença de 14 milhões de indivíduos) efetivamente tiveram acesso ao chamado benefício da Bolsa Família.

²⁶ Correspondente ao salário mínimo vigente à época, R\$510: utilizado como referência no CadÚnico para cadastro de famílias, destinadas a outras modalidades de assistência sociais, ofertada pelo governo federal.

²⁷ Alternativamente, pode-se utilizar a média de indivíduos por residência, do Censo (BRASIL, 2010) para o ano de 2009, qual seja, 3,9: ao multiplicá-la pela quantidade de famílias supracitada, chega-se ao montante de 79,4 milhões de pessoas com renda até meio salário mínimo. Ainda assim, é preciso dizer que essa cifra pode estar subestimada. Isso pode ser deduzido quando se acrescenta um recorte de renda ao cálculo da média de pessoas por domicílios, nos seguintes termos. A metodologia do Censo (BRASIL, 2010) indica que a média de 3,3 é construída desconsiderando o perfil da renda auferida pelas famílias. Ou seja, ela coloca no mesmo universo as famílias com elevadíssimos rendimentos e as famílias miseráveis. Assim, seria interessante perguntar: qual é a média de pessoas por família que, exclusivamente, se enquadram na faixa de renda entre zero e meio salário mínimo, R\$ 255,00? Esse dado pode ser extraído do próprio Censo (BRASIL, 2010). Ele oferece o número de pessoas cuja renda alcança meio salário mínimo, qual seja, 57,9 milhões. Em outro momento da pesquisa, o Censo (BRASIL, 2010) mostra que existem 15,8 milhões de domicílios particulares, habitados exclusivamente por pessoas com renda dentro da faixa acima aludida. De porte desses dados e pela divisão de um pelo outro, chega-se à média de trabalhadores (*com renda até meio salário mínimo*) por domicílios particulares, qual seja, 3,6. Não parece que existe uma diferença significativa entre essa média (3,6, *com o corte de renda*) e a outra (3,3, *sem corte de renda*). Todavia, quando se multiplica 3,6 pelas 20,3 milhões de famílias inscritas no CadÚnico (BRASIL, 2011), cuja renda é justamente igual ao parâmetro usado para calcular a média de 3,6,

peças pobres, das quais apenas 43,8 milhões (65,7% do total) efetivamente têm acesso ao chamado benefício da Bolsa Família.

Como se vê, quando se distende a linha de pobreza, tem-se um efeito revelador. Este expediente pode ser feito utilizando subdivisões do salário mínimo como referência. Vejamos: o Censo (BRASIL, 2010) trabalhou com um universo de 161 milhões de pessoas, com dez anos de idade ou mais, residentes em domicílios particulares²⁸ no Brasil. Também identificou que, dentre essas, 21 milhões perfazem (BRASIL, 2010) renda entre zero e 25% do salário mínimo vigente à época (vale lembrar: R\$510,00). Excluindo os presentes nesta faixa, o Censo (BRASIL, 2010) identificou 30,9 milhões de trabalhadores que obtêm renda entre 25% e 50% do salário mínimo de referência e, excetuando esses e a faixa que o antecede, mais 45,7 milhões de pessoas que perfazem rendimentos entre 50% e 100% do salário mínimo. Somando os indivíduos dentro das três subdivisões de faixas, nota-se que o Brasil, segundo os dados oficiais, possui impressionantes 97,8 milhões de trabalhadores, cuja renda varia entre zero e 1 salário mínimo. São 60,7% dos 161 milhões de pessoas, com 10 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, no Brasil. Desses, somente 43,8 milhões (44,78%) recebem Bolsa Família: isso em face da substituição do valor do salário mínimo por R\$140 como linha de pobreza.

Esse exercício pode ser feito elevando ainda mais a linha de pobreza para faixas mais altas. Ainda lançando mão das estatísticas do Censo (BRASIL, 2010), tem-se que daquele total de 161 milhões de pessoas, com mais de dez anos de idade, residentes em domicílios particulares no Brasil, 131,3 milhões usufruem renda abaixo de 2 salários mínimos (nominalmente falando, entre zero e R\$1.020,00). Trata-se de 81,5% do total de 161 milhões de pessoas. A mesma fonte indica que 141,5 milhões obtêm renda abaixo de 3 salários mínimos (nominalmente: entre zero e R\$1.530,00): ou seja, 87,5% do total de 161 milhões de pessoas. E, finalmente, 148,9 milhões perfazem renda inferior a 5 salários mínimos (entre zero e

chega-se a 74,5 milhões de pessoas inscritas no referido cadastro, ao invés de 67,2 milhões, pelo critério anterior, com a média de 3,3.

²⁸ O próprio Censo considera o recorte de idade acima de 10 anos. Portanto, não se trata de uma opção desta pesquisa. O Censo ainda indica que a população total residente no Brasil era 190,7 milhões de pessoas. Consultar metodologias em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>.

R\$2.550,00): a saber, desumanamente, 92,5% dos residentes em domicílios particulares, no país²⁹.

Esses números concorrem para o fortalecimento da tese segunda a qual a Bolsa Família é uma política assistencial minimalista (NETTO, 2010)³⁰, ou seja, em face do rebaixado nível de vida da classe trabalhadora brasileira, o PT dedica poucos recursos, na forma de distribuição quase inócua de renda, obedecendo linhas de pobreza propositalmente rebaixadas, para escamotear a completa e crônica miséria em que jaz os trabalhadores, no Brasil. Se a Bolsa Família colabora para a elevada aprovação do PT, isso indica que os trabalhadores brasileiros padecem, não só da miséria material, mas também teórica: somente do vale mais profundo da alienação, é possível simpatizar com o PT em face dessa política assistencial minimalista.

5) A miséria medida segundo os parâmetros constitucionais.

Considerar o salário mínimo como linha de pobreza é muito revelador da miséria brasileira. Todavia, há de se considerar que o próprio salário mínimo se encontra profundamente rebaixado, inclusive muito aquém dos parâmetros formais do direito burguês, estabelecidos na Constituição de 1988. Assim, o que se fará adiante é referenciar a linha de pobreza, segundo o nível de renda, abaixo do qual a família é certamente pobre, qual seja, o salário mínimo constitucional.

Vejamos como de fato a definição de salário mínimo oferecida pela Constituição de 1988³¹ condiz com a função de linha de pobreza. Desta, registra-se abaixo seu inciso IV, do Artigo 7º, do capítulo II, que dispõe sobre os Direitos Sociais:

²⁹ Considerando a população total do Brasil, 190,7 milhões de pessoas, verifica-se que 78% dela está nessa faixa de renda. Consultar metodologias em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>.

³⁰ Consultar, NETTO, José Paulo. *Uma face contemporânea da barbárie*. In: III Encontro Internacional "civilização ou barbárie". Serpa, 2010. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:uma-face-contemporanea-da-barbarie&catid=43:imperialismo. Acesso em: 2 mar. 2012. 41p.

³¹ Um interessante panorama sobre as das metodologias de classificação da pobreza pode ser obtido em: ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil - afinal de que se trata?* 3.ed. Rio de Janeiro: FVG Editora. 2007. 244p. Para uma apresentação mais resumida, ver: MARTINI, Ricardo Agostini. *Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza*. In: Revista Economia Ensaios, Vol 24, Nº02, 2010. 22p. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/8147/7859>. Acesso em: 01-05-2012.

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2012, s/p.).

De acordo com Plínio de Arruda Sampaio Júnior (2011), a Carta constitucional oferece uma referência de salário mínimo³², abaixo do qual a família média do trabalhador brasileiro só pode se reproduzir em condições subumanas, ou seja, sob a vigência da pobreza plena. Compartilhando dessa mesma constatação, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese - se empenha em calcular qual seria o salário mínimo constitucional³³, ou necessário, tal como eles o denomina. Assim, os cálculos indicam (DIEESE, 2012) que, para dezembro de 2010, o salário mínimo real deveria ser R\$ 2.227,53³⁴. Portanto, este patamar *mínimo* (que não a toa recebe este nome) pode, nos termos constitucionais, ser tomado como linha de pobreza brasileira. Esta medida faz todos constatar o drama brasileiro, qual seja: dos 161 milhões de trabalhadores, aproximadamente 148,9 milhões poderiam ser classificados como pobres. Como se viu, 92,5% dos 161 milhões, ou, alternativamente, 78% de toda a população brasileira, correspondente a 190,7 milhões³⁵ indivíduos. Realidade para a qual a “revolução silenciosa”

³² Considerações importantes sobre salário mínimo podem ser apreendidas em: DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Salário mínimo, uma questão econômica e de política*. Revista Estudos e Pesquisa. Ano I, Nº 09, de abril de 2005. 26p. Também, em: DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Salário Mínimo Constitucional*. NOTA TÉCNICA, Nº 08, de outubro de 2005a. 5p.

³³ O DIEESE “(...), com base na determinação que deu origem ao primeiro salário mínimo, estima, desde 1959, qual o valor necessário do salário mínimo para garantir a manutenção do trabalhador e de sua família, considerando que esta é composta de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças).” (DIEESE, 2005, p. 03).

³⁴ Note que supor a linha de pobreza pelo salário mínimo do Dieese é fixá-la no patamar de R\$ 2.227,53 mensais. Não obstante, o Censo de 2010 (BRASIL, 2010) apresenta suas estatísticas de pessoas *versus* renda utilizando um recorte que vai de zero a cinco salários mínimos de R\$ 510,00: ou seja, entre zero e R\$ 2.550,00, com um teto acima daquele necessário ao interesse do cálculo da presente pesquisa. Isso cria uma dificuldade para se quantificar por meio do Censo (BRASIL, 2010) o número exato de pessoas cuja renda está abaixo da linha do Dieese, pois os recortes de renda não se justapõem, a saber, R\$ 2.227,53 (Dieese) e R\$ 2.550,00 (Censo). De qualquer forma, por conta disso, a presente pesquisa pode somente apresentar o número aproximado de pessoas abaixo da linha da pobreza (148,9 milhões, considerando o parâmetro do Censo de 2010), quando esta é aproximada ao salário mínimo do Dieese, de R\$ 2.227,53. Na verdade, os 148,9 milhões estão ligeiramente superestimados, proporcional à diferença entre R\$ 2.550,00 (Censo) e R\$ 2.227,53 (Dieese). Evidentemente, isso não invalida o raciocínio.

³⁵ Vale muito a pena considerar que o drama da miséria que assola a classe trabalhadora brasileira, e que fora introdutoriamente demonstrado até aqui, está circunscrito à parcela dos trabalhadores que residem em domicílios. As estatísticas dos institutos aqui referendados, bem como aquelas criadas

assistencialista do PT não oferta solução humanamente viável. Evidentemente, a Bolsa Família não arranha a superfície dessa calamidade.

6) Da dita “revolução silenciosa” a contrarrevolução.

Avaliando as dimensões da barbárie atual, Netto (2010) denominou minimalistas as políticas públicas assistenciais, destinadas à classe trabalhadora brasileira, notadamente a Bolsa Família. É possível dizer que este minimalismo abarca a dimensão orçamentária da Bolsa Família, a qual guarda proporção diminuta em relação ao PIB: diga-se de passagem, fato muito elogiado por Robert Zoellick, ex-presidente do Banco Goldman Sachs e, na ocasião do pronunciamento transcrito abaixo, presidente do Banco Mundial. Em visita ao Brasil, em abril de 2009, Zoellick defendeu ser a experiência brasileira a prova de que “(...) *se pode fazer verdadeira diferença com programas modestos [, os quais utilizam] recursos equivalentes a menos de 1,5% ou 1% do PIB (...)*” (ZOELLICK, *grifo nosso*, 2009. s/p.). Evidentemente, 1%, 1,5%, são porcentagens irrisórias, demonstrando que o assistencialismo petista repousa em um leito estreito, desproporcional às vantagens políticas colhidas.

Esta destinação orçamentária traz a baila outra dimensão do minimalismo assistencial do governo Lula, a saber, a aclamada focalização da Bolsa Família. O que vem a ser isso? Precisamente o processo de execução orçamentária que concentra a transferência de renda justamente “(...) *nas famílias consideradas*

pelo próprio programa Bolsa Família, consideram renda familiar *per capita* mensal e, vale frisar, *domiciliar*. Estão, portanto, fora dessas estatísticas toda sorte de trabalhadores que não residem em domicílios particulares. Para ser mais preciso: “*Domicílio é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. A separação fica caracterizada quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. [O domicílio particular é aquele] (...) onde o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência*”. (BRASIL, 2010, p. 26). O que se pretende apontar é que as levas de trabalhadores desempregados que não possuem domicílio algum, mas sim sobrevivem nas ruas das cidades brasileiras, não são considerados pelas estatísticas aqui referenciadas, indicando que a situação da classe trabalhadora é mais trágica do que os números acima são capazes de demonstrar. Não à toa, a necessidade de militarizar as relações sociais, impelindo aos trabalhadores uma taxa de homicídios, semelhante às mais sangrentas guerras do século XX, a saber, 50 mil homicídios por ano, no Brasil (WAISELFISZ, 2012).

elegíveis no campo do enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, permitindo ainda o desenvolvimento sistemático do monitoramento e avaliação do programa.” (SILVA e LIMA, 2010, *grifo nosso*, p.33). A focalização implica no certo “(...) *direcionamento de recursos e programas para determinados grupos populacionais, considerados vulneráveis no conjunto da sociedade.*” (LULA e CAMARGO, 2001, *grifo nosso*, p.13). Contrariamente, para a presente pesquisa, os parâmetros da focalização que calibram a elegibilidade das famílias vulneráveis, na verdade, constroem o alcance do programa à parcela dos trabalhadores, cuja miséria é abissal. Para além desses, a focalização se transforma em uma barreira que emoldura o programa neste campo estreito, embora ele se destine – em tese – ao combate da pobreza brasileira, fenômeno social obviamente muito mais abrangente, como restou demonstrado anteriormente. Portanto, registra-se que é politicamente oportuno ao PT manter uma focalização tão estreita, na medida em que ela garante a compressão máxima da atuação da Bolsa Família, adequando-a ao limitado orçamento, correspondente à parcela ínfima do PIB.

O minimalismo da Bolsa Família ainda pode ser observado na pouca atenção dada à corrosão inflacionária sobre a transferência de renda aos trabalhadores. Tal fato pode ser notado por meio do emparelhamento dos dados de três pesquisas distintas. A primeira é feita pelo IBGE (BRASIL, 2012) e informa inflação acumulada entre 2003 e 2011 a qual alcançou o patamar de 57%³⁶. A segunda pesquisa é de Pureza (2011)³⁷, que demonstra a variação real, descontada a inflação, dos três tipos de transferências da Bolsa Família: quais foram, variação negativa de -4,8% do *Benefício Básico* no período considerado acima. Positiva de 45,1%, do *Benefício Variável* e, também, positiva em 5% do *Benefício Variável Vinculado ao Adolescente*. Ou seja, os reajustes das transferências, -4,8%, 45,1% e 5%, estão muito abaixo dos 57% de inflação, correspondente ao período considerado. Isso indica que a renda transferida, que já era insuficiente para comprar o mínimo à sobrevivência digna de uma família, ainda sofre significativa corrosão de seu poder de

³⁶ Chegou-se ao índice de 57% pela multiplicação do INPC acumulado anualmente, entre 2003 e 2011, ano em que Lula deixa a presidência (01-01-2011). Os variados índices acumulados ano a ano foram retirados de: BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores IBGE - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC*, abril de 2012. 21p.

³⁷ As informações acima estão em: PUREZA, Maria Emilia Miranda. *Impacto do Reajuste no Programa Bolsa Família sobre o Orçamento da União*. Nota Técnica n.º 5 de 2011, Câmara dos Deputados: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Abril de 2011. 13p.

compra. Dessa forma, a Bolsa Família, embora mantenha os trabalhadores miseráveis vivos – e isso é justo e necessário –, os reconduz ao seu leito de miséria.

Para se ter uma idéia do impacto desses reajustes aquém da inflação, recorre-se à terceira pesquisa acima referida, qual seja, de Weissheimer (2010). Ele utilizou dados produzidos pelo DATAUFF³⁸, gerados a partir de um importante universo amostral de 2995 famílias, todas vinculadas ao programa Bolsa Família. A partir da avaliação desses números, ele descobriu que, em primeiro lugar, 76,4% (ou seja, 2287 de 2995) delas utilizavam de fato a transferência da Bolsa Família para comprar alimentos; descobriu que, em segundo lugar, 5,4% (ou seja, 162 de 2995) usavam a Bolsa Família para comprar roupas e calçados. E, em último lugar, que 1,5% (44 do total) utilizavam o dinheiro para comprar remédios. Em tempo, Weissheimer (2010) também revelou que “(...) *em mais de 80% das famílias investigadas, os alimentos acabaram antes que houvesse condições financeiras para a realização de novas compras.*” (WEISSHEIMER, 2010, *grifo nosso*, p. 123). Ora, este é o resultado mais palpável do minimalismo da Bolsa Família, da qual a renda transferida sofre profunda corrosão inflacionária. Ademais, tal renda passa pelos trabalhadores, revelando-se insuficiente para comprar sequer alimento, e segue seu curso até as caixas registradoras da pequena-burguesia, notadamente aquela que controla o comércio varejista de alimentos, roupas e remédios: comércio fortemente favorecido pela inflação. O orçamento da Bolsa Família ativa economicamente, portanto, os negócios dos estratos pequeno-burgueses brasileiros. Estes sim são os verdadeiros beneficiários do assistencialismo da “revolução silenciosa” petista: fato ainda pouco estudado, diga-se de passagem.

Todo este cenário deve ser confrontado com a máxima dotação orçamentária destinada à burguesia. De acordo com a Auditoria Cidadã (2012), nos dois mandatos do governo Lula, entre os anos 2003 e 2010, foi reservado do orçamento público da união a bagatela de R\$4,76 trilhões³⁹ para o pagamento de juros,

³⁸ Os dados do DATAUFF foram produzidos no âmbito do Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense. O rol de pesquisas realizadas por este Núcleo pode ser consultado em <http://www.uff.br/datauff/objetivos.htm>.

³⁹ Valor calculado pelo autor a partir do seguinte documento: AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *Contribuição da Auditoria Cidadã da Dívida à CNESF*. Elaborado em 2012, por ocasião da Greve dos Servidores Públicos, a pedido da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-879391200.PDF>. Acesso em: 18-03-2013.

amortizações e rolagem da dívida pública brasileira⁴⁰. Para se ter uma idéia do volume dessa riqueza destinada à burguesia, basta fazer algumas comparações. Para tanto, melhor converter esse valor em dólar. Usando a cotação do dia 18 de março de 2013, qual seja, R\$1,98 por dólar⁴¹; assim, chega-se à cifra de US\$2,40 trilhões.

Com este numerário em tela, importa visitar os dados do Banco Mundial (2010) e observar os PIB das nações, cotados em 2010, último ano do governo Lula: logo, ao fim do intervalo acima considerado. Quando se fala que naquele período se transferiu à burguesia US\$2,40 trilhões do orçamento público brasileiro, quer dizer que foi ceifado dele algo próximo à 40% do PIB (US\$5,93 trilhões) de 2010 da China; ou 43,8% do PIB (US\$5,48 trilhões) de 2010 do Japão. Alternativamente, pode se dizer que fora ceifado um valor maior que o PIB (US\$2,25 trilhões) de 2010 do Reino Unido; ou da Itália (US\$2,04 trilhões); ou da Índia (US\$1,68 trilhões); do Canadá (US\$1,57 trilhões); da Rússia (US\$1,48 trilhões), entre outros.

Para além do intervalo considerado, tem-se que, segundo (FATTORELLI e ÁVILA, 2012), em 2011, o governo gastou com sua dívida pública R\$708 bilhões (45,05% do orçamento público brasileiro, de 2011). Em 2012, conforme a Auditoria Cidadã da Dívida (2013), esse valor subiu para R\$753 bilhões (43,98% do orçamento público brasileiro, de 2012). Isolando o gasto de 2012 e convertendo-o em dólar, segundo a cotação acima utilizada, tem-se US\$378,39 bilhões. Com esse número em tela, recorre-se novamente ao Banco Mundial (2010) para constatar que este gasto, apenas de 2012, é maior que o PIB de 2010 da Áustria (US\$376,83 bilhões), ou da Argentina (US\$368,73 bilhões); ou da África do Sul (US\$363,52 bilhões). Este drama adquire clareza meridiana, quando se constata, segundo as mesmas fontes acima referidas, que ele ultrapassa a soma aproximada dos PIBs dos 74 países mais pobres do mundo⁴² (US\$368 bilhões). Vale uma brevíssima

⁴⁰ Segundo a mesma fonte, AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA (2012), entre 2003 e 2010, o PIB brasileiro acumulado alcançou o patamar de R\$20,7 trilhões.

⁴¹ Cotação retirada de: Banco Central. *Cotação de moedas*. 18-03-2013. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/Resultado.asp?idpai=convmoeda>. Acesso em: 18-03-2013.

⁴² Registra-se que esta soma foi feita com os dados disponíveis em: BANCO MUNDIAL. *GDP*. 2010. Disponível em: http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries?order=wbapi_data_value_2010%20wbapi_data_value%20wbapi_data_value-last&sort=desc&display=default. Acesso em: 08-02-2013. É preciso dizer que certas localidades pobres não possuem seus PIBs registrados na tabela do Banco Mundial aqui utilizada. Logo, tais valores não entraram no computo. São elas: Libya, Guam, St. Martin (French part), Faeroe Islands, Cayman Islands, Korea, Dem. Rep., Aruba, San Marino, New

digressão: enquanto a burguesia operou esta sangria, foi destinado, em 2012, R\$21,1 bilhões à Bolsa Família, correspondente a 0,01% do orçamento público da união (de R\$ 1,7 trilhões).

A referida sangria se prestou à realização das necessidades expansivas e cumulativas daquela pequena platéia de Londres, para quem Lula discursava e por quem rogava a Deus maiores lucros. Isso indica que Lula não veio “(...) *levar-nos para a nossa terra ancestral, onde, enfim, seríamos então livres. Nosso presidente veio melhor acomodar-nos nos duros assentos da estação da miséria, propondo-se, pelo menos em palavras, saciar nossa fome.*” (LIMA FILHO, 2004, *grifo nosso*, p.09). Incapaz de resgatar a classe trabalhadora dessa miséria, a “revolução silenciosa” petista realizou uma nova etapa de rendição ao capital global, a qual, frente ao panorama internacional nada favorável – sob a crise estrutural⁴³ -, tende a deplorar uma vez mais a situação dos trabalhadores. De fato,

“Na ausência de forças capazes de deter a fúria especulativa do grande capital, a solução da crise pela linha de menor resistência - pela exacerbação da exploração do trabalho e pela luta autofágica entre os grandes conglomerados multinacionais - tende a tornar o regime do capital ainda mais regressivo e predatório, pois é gigantesco o volume de capital sobreacumulado que precisa ser digerido antes que as condições para a reprodução ampliada do capital possam ser restabelecidas.” (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, p.126).

Em tempo, sob estes determinantes, seguramente a burguesia global

“(...) aprofundará e generalizará a barbárie capitalista, abrindo um período de grandes convulsões sociais e acirramento das rivalidades entre os Estados nacionais. Sabe-se pela já longa história do capitalismo que, enquanto não houver uma alternativa concreta ao regime do capital, mais dia ou menos dia, com maior ou menor sacrifício, as condições para a retomada da acumulação de capital serão restabelecidas e o capitalismo iniciará um novo ciclo expansivo.” (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, p.126).

A história do século XX demonstrou (SAMPAIO JÚNIOR, 2009) que essa forma de ser do capital afastou “(...) *do horizonte as possibilidades de soluções racionais e civilizadas para os problemas da humanidade. Não há nenhum motivo*

Caledonia, Sint Maarten (Dutch part), Turks and Caicos Islands, West Bank and Gaza, French Polynesia, Liechtenstein, Djibouti, Monaco, Northern Mariana Islands, Somalia, Andorra, Greenland, American Samoa, Curacao, Virgin Islands (U.S.), Isle of Man, Myanmar, Iran, Islamic Rep., Cuba.

⁴³ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. 1104p.

para imaginar que, no século XXI, o desfecho será diferente.” (SAMPAIO JÚNIOR, 2009, *grifo nosso*, p.126). É precisamente dentro desse panorama que o governo Lula insiste no ardil que aproxima neo-desenvolvimentismo e assistencialismo, coadunados na dita “revolução silenciosa”, a qual visa à redenção brasileira. Em sentido diametralmente oposto, a pesquisa demonstrou que a dita “revolução silenciosa” não está convertendo o Brasil em uma potência, mas está extraindo o produto da potência produtiva dos trabalhadores brasileiros e transferindo-o, como sempre ocorreu na história deste país, às burguesias estrangeiras, guardada pequena proporção dessa riqueza à burguesia nativa, sua parceira menor. A partir dessas constatações, nota-se que o PT opera não uma “revolução”, mas sim uma contrarrevolução, desocupada da pobreza abissal em que vegetam 78% da classe trabalhadora brasileira. Daí a necessidade do oportunismo, do ardil, do minimalismo, que tanto aproxima o PT de sua oposição piorada dentro do bloco político majoritário, o PSDB.

À classe trabalhadora brasileira recai a tarefa de reversão desse descalabro: desse verdadeiro morticínio. Certamente, essa tarefa não está mais no campo das reformas dentro da ordem, da completude das tarefas revolucionárias burguesas: essas, até certo ponto possíveis, certamente adquiririam um caráter paliativo, prestando-se apenas ao deslocamento das contradições ao futuro. Tal como constatara Marx, a lei geral da acumulação capitalista é implacável. Desde as revoluções burguesas radicais até o presente momento, a atividade burguesa universalizou tal lei, redundando na profunda dialética – em âmbito global – entre produção e reprodução da riqueza e produção e reprodução da miséria: o que era particular dos processos históricos pioneiros universalizou-se e engolfa o mundo, dando mostras na atualidade que vai rebaixar ainda mais o nível de vida dos trabalhadores. Ou seja, em poucas palavras, a calamidade em que se encontra a classe trabalhadora, não só brasileira, mas também mundial, repõe a tarefa da reversão desse quadro de miséria no campo da mobilização dos trabalhadores contra a ordem, para além dela, para a revolução comunista: óbvio que tal revolução não guarda relação alguma com a “revolução silenciosa” petista. Esta só pode silenciar em relação àquela.

Abstract: This article is the result of research conducted for the last two chapters of the thesis entitled "Lula Government and the Brazilian poverty", defended at the Department of Sociology, of Universidade Estadual Paulista - Julio de Mesquita Filho - (UNESP). With it we intend to collaborate with the qualification of the historical condition that was brought to Brazil in the first two terms of the Workers Party in the presidency of the Republic.

Keywords: Lula, Brazil, Misery, Politics.

Referências

ANANIAS, Patrus. *CPMF e o dinheiro para os pobres*. 11 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/artigo/cpmf-e-o-dinheiro-para-os-pobres-patrus-ananias>. Acesso em: 01-01-2008.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *Contribuição da Auditoria Cidadã da Dívida à CNESF*. Elaborado em 2012, por ocasião da Greve dos Servidores Públicos, a pedido da Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais - CNESF. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-879391200.PDF>. Acesso em: 18-03-2013.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *R\$ 753 bilhões para a dívida em 2012*. 2013. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/r-753-bilhoes-para-a-divida-em-2012/>. Acesso em: 18-03-2013.

BANCO MUNDIAL. *GDP*. 2010. Disponível em: http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD/countries?order=wbapi_data_value_2010%20wbapi_data_value%20wbapi_data_value-last&sort=desc&display=default. Acesso em: 08-02-2013.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico - Características da população e dos domicílios, resultados do universo*, Rio de Janeiro, 2010. 270p.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores IBGE - Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: IPCA e INPC*, abril de 2012. 21p.

BRASIL. MDS. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)*. 2011. Disponível em: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em: 08/12/2011.

BRASIL. MDS. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)*. 2011a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>. Acesso em: 08/12/2011.

BRASIL. TCU - Tribunal de Contas da União. *Auditoria nos Sistemas do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*. Relator Ministro Augusto Nardes, Brasília - DF, 2009. 64 p.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm#ad79. Acesso em: 05-01-12.

Cotação retirada de: Banco Central. *Cotação de moedas*. 04-05-2012. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/conversao/Resultado.asp?idpai=convmoeda>. Acesso em: 18-03-2013.

DECRETO nº 3.877. *Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências*, de 24 de julho de 2001, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm. Acesso em: 09-02-2013.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Salário mínimo nominal e necessário*. Janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>. Acesso em: 01-01-2012.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Salário mínimo, uma questão econômica e de política*. Revista Estudos e Pesquisa. Ano I, Nº 09, de abril de 2005. 26p. Disponível em: http://www.dieese.org.br/esp/estpesq09_salariominimo.pdf. Acesso em: 01-05-2012.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Salário Mínimo Constitucional*. NOTA TÉCNICA, Nº 08, de outubro de 2005a. 5p. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatecSMC.pdf>. Acesso em: 01-05-2012.

FATTORELLI, Maria Lucia e ÁVILA, Rodrigo. *Os números da dívida*. 2012. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/04/Numerosdivida.pdf>. Acesso em: 18-03-2013.

IBOPE. *Aprovação de Lula bate recorde: 87%*. In: O Norte. Caderno de Política. Sexta-feira, 17 de dezembro de 2010. Disponível em: http://www.jornalonorte.com.br/2010/12/17/politica7_0.php. Acesso em: 30-04-2012.

IPEADATA. *Número de benefícios em dezembro*. Atualizado em: 04/01/2012. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>, Acesso em: 17/01/2012.

LIMA FILHO, Paulo Alves. *O golpe de 1964: a vitória e a vitória da ditadura*. In: Revista Projeto História: cultura e poder - o golpe de 1964 - 40 anos depois. São Paulo: Universidade Pontifícia Católica, Nº 29, julho a dezembro de 2004. p. 513-126.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do seminário Investing in Brazil Summit Identifying Opportunities in the New Economic*. Londres, Inglaterra, 23 de novembro de 2009. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2009/2o-semester/05-11-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-seminario-investing-in-brazil-summit-identifying-opportunities-in-the-new-economic/view>. Acesso em: 04-05-2012. 19p.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Jornal Estado de São Paulo. *Lula lamenta fim da CPMF em mensagem ao Congresso*. Caderno de Política. 6 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,lula-lamenta-fim-da-cpmf-em-mensagem-ao-congresso,120568,0.htm>. Acesso em: 10-02-2008.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio; CAMARGO, José Alberto de. *Projeto Fome Zero - uma estratégia de política de segurança alimentar para o Brasil*. Outubro de 2001. Disponível em: <http://www.icidadania.org.br/>. Acesso em: 01-05-2012. 118p.

MARTINI, Ricardo Agostini. *Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza*. In: Revista Economia Ensaios, Vol 24, Nº02, 2010. 22p. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/8147/7859>. Acesso em: 01-05-2012.

MACEDO, Rogério Fernandes. *O Governo Lula e a miséria brasileira*. Tese de doutoramento. Araraquara, julho de 2012, Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista – Júlio de Mesquita Filho – (UNESP).

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo ao uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002. 1104p.

NETTO, José Paulo. *Uma face contemporânea da barbárie*. In: III Encontro Internacional "civilização ou barbárie". Serpa, 2010. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2117:um-a-face-contemporanea-da-barbarie&catid=43:imperialismo. Acesso em: 2 mar. 2012. 41p.

PUREZA, Maria Emilia Miranda. *Impacto do Reajuste no Programa Bolsa Família sobre o Orçamento da União*. Nota Técnica n.º 5 de 2011, Câmara dos Deputados: Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Abril de 2011. 13p.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil - afinal de que se trata?* 3.ed. Rio de Janeiro: FVG Editora. 2007. 244p.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de. "O Brasil nunca esteve fora da crise internacional". In.: Jornal Opção, Edição 1891, de 2 a 8 de outubro de 2011. Goiânia, Brasil. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/entrevista/o-brasil-nunca-esteve-fora-da-crise-internacional>. Acesso em: 10-10-2011.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de. *Capitalismo do século XXI: crise e barbárie*. In.: _____. *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial*. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009. p.117-140.

SANTORO, Alberto *at alli*. *Fome zero: textos fundamentais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 156p.

SECCO, Lincoln. *História do PT, 1978-2010*. 2ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2011. 314p.

SILVA (Coord.) e LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almeida. *Avaliando o bolsa família, unificação, focalização e impactos*. São Paulo: Cortez, 2010. 135p.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. *O Bolsa Família no Enfrentamento a Pobreza no Maranhão e Piauí*. São Paulo: Cortez, 2008. 224p.

SOUZA, Salviana de Maria Pastor Santos. *Fundo de combate e erradicação da pobreza: articulando pobreza e proteção social no Brasil contemporâneo*. 2011.

Disponível em: http://www.gaepp.ufma.br/producao_cientifica/download.php?id=226.

Acesso em: 11/01/2012.

VELLOSO, João Paulo dos Reis e ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. *A verdadeira revolução brasileira: integração de desenvolvimento e democracia*, Rio de Janeiro: José Olympio, 2008, 262p.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência - Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil*, 1ed. São Paulo: Instituto Sangari, 2012. 243p.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2010. 192p.

ZOELLICK, Robert. *Presidente do Banco Mundial elogia o Bolsa-Família no País*. Abril de 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,presidente-do-banco-mundial-elogia-o-bolsa-familia-no-pais,359299,0.htm>. Acesso em: 22/02/2012.

Texto científico recebido em: 20/08/2015

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 24/11/2015

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.